

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos
de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

42.^a Reunião
(13 de novembro de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 16 horas e 22 minutos.

Após uma intervenção inicial, os Srs. Representantes em Portugal do JP Morgan Chase Bank National Association, designadamente o Dr. Enrique Casanueva (Gerente de Escritório de Representação em Portugal) e o Dr. Alberto Barbarisi (Responsável pela Área de Sales and Marketing para o Sul da Europa) prestaram esclarecimentos aos Srs. Deputados Mariana Mortágua (BE), Carlos Santos Silva (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 24 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Está aberta a reunião.

Eram 16 horas e 22 minutos.

Srs. Deputados, começo por agradecer aos representantes da instituição financeira JP Morgan Chase Bank National Association a disponibilidade para colaborarem com esta Comissão de Inquérito. Em particular, ao Dr. Enrique Casanueva, gerente do escritório da representação em Portugal e ao Dr. Alberto Barbarisi, responsável pela Área de Sales and Marketing para o Sul da Europa. Cumprimento também, em nome da Comissão, os demais membros da delegação aqui presentes.

Dadas as dificuldades técnicas para nos fazermos entender, nesta reunião, o trabalho de tradução será sucessivo, o que tornará a reunião um pouco mais demorada. Nesse sentido, peço colaboração e compreensão aos Srs. Deputados.

Vamos começar por ouvir a declaração inicial do Dr. Enrique Casanueva, a quem dou a palavra.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva (Gerente de Escritório de Representação em Portugal): — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Sr. Presidente, digníssimos membros desta Comissão Parlamentar: Em meu nome e em nome do JP Morgan gostaria de agradecer o convite para estarmos hoje perante esta Comissão.

O JP Morgan aceitou este convite num espírito de estreita colaboração e transparência para com todos os seus clientes, órgãos públicos e Governo português.

Tendo em conta a diversidade linguística desta Comissão entregarei, no final da reunião, a declaração que estou a proferir em língua inglesa, bem como a respetiva tradução em língua portuguesa.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Para recordar um pouco o historial, o JP Morgan está presente em Portugal desde o início dos anos 70, focando-se no fornecimento de serviços de banca comercial e de banca de investimento a empresas, clientes institucionais e do sector público.

Recentemente temos vindo a ampliar o nosso compromisso com Portugal, oferecendo soluções de financiamento a empresas nacionais bem como a bancos.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Gostaria agora de fazer referência às transações que o JP Morgan celebrou com entidades portuguesas, por isso gostaria de vos apresentar uma síntese das transações efetuadas.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Primeiro ponto: o JP Morgan obteve o levantamento do dever de sigilo junto das empresas públicas portuguesas em questão, a Metro de Lisboa, a Metro do Porto, a EGREP e a REFER, estando autorizado a discutir, no âmbito desta Comissão, os pormenores das transações relativas a estas entidades.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Segundo ponto: as transações de *swap* celebradas eram adequadas. O JP Morgan celebrou estas transações realizadas com as empresas públicas portuguesas considerando-as adequadas, tendo em conta os seguintes factos: primeiro, os clientes eram considerados sofisticados quanto ao seu conhecimento dos mercados financeiros e os seus quadros tinham as

competências e a experiência profissional necessárias à negociação de instrumentos financeiros sofisticados.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Segundo, as transações foram passadas em revista, entendidas e acordadas pelos quadros superiores das empresas e respetivos órgãos de administração e, frequentemente, com a cooperação dos respetivos assessores financeiros.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Terceiro, o JP Morgan forneceu toda a informação relevante no que diz respeito a estes contratos de *swap* e respetivos fatores de risco. Esta informação incluía, em relação a cada transação, análises de sensibilidade de valores de mercado, fluxos financeiros e propostas de transações alternativas;

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Por último, o JP Morgan manteve diálogo regular com as empresas públicas portuguesas para o acompanhamento das respetivas transações, exercendo uma monitorização conjunta das mesmas com as entidades. Este acompanhamento e monitorização incluíam a entrega de relatórios de avaliação e identificação de movimentos de mercado com potencial para afetar o *mark-to-market* ou os fluxos financeiros destas transações.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Terceiro ponto: as empresas públicas detidas pelo Estado controlavam o processo de contratação das transações de *swap*. As empresas públicas portuguesas geriam de forma independente a sua dívida, bem como as suas carteiras de derivados, de acordo com as suas próprias políticas, objetivos financeiros e empresariais.

Neste contexto, as empresas públicas portuguesas realizaram, por iniciativa própria, proactivamente, consultas de mercado e lançaram processos de concurso envolvendo um número variado de instituições financeiras.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

O JP Morgan operou num mercado concorrencial em que clientes sofisticados procuraram propostas por parte de diferentes instituições financeiras e, seguindo o seu próprio processo de decisão, escolhiam as propostas que consideravam ser as mais adequadas para servir os seus objetivos e política empresarial.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Quarto ponto: os contratos de swap estavam diretamente relacionados com os riscos de taxa de juro existentes em relação ao endividamento financeiro das empresas públicas portuguesas.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Quinto ponto: o JP Morgan desenvolveu de perto esforços conjuntos com as empresas públicas portuguesas e, posteriormente, com o IGCP e com o Governo português, no sentido de encontrar uma solução comercial para as operações de *swap* em condições de mercado difíceis, em virtude da crise europeia das dívidas soberanas.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Apesar da preocupação crescente dos mercados e da evidência de uma deterioração no perfil financeiro dessas entidades, refletido pelos múltiplos *downgrades* das agências de notação de crédito, o JP Morgan nunca exerceu o direito de cancelamento antecipado que tinha relativamente a essas transações.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Sexto ponto: no que diz respeito ao processo de cancelamento ou rescisão das operações de *swap*, gostaríamos de referir duas questões — primeira, o JP Morgan acedeu a um pedido do Governo português no sentido de desenvolver um processo negocial relativo aos contratos de

swap com as empresas públicas portuguesas que acabou por levar, por mútuo acordo das partes, ao cancelamento das operações.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Segunda, o JP Morgan aceitou o cancelamento dessas operações no intuito de prosseguir o seu relacionamento com as entidades públicas portuguesas e com o Governo português.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Para terminar, o JP Morgan continua totalmente empenhado e comprometido em trabalhar com cada um dos seus clientes em Portugal.

Portanto, Sr. Presidente, digníssimos membros desta Comissão, agradeço a oportunidade de podermos ter apresentado esta declaração preliminar, que será distribuída no texto original, em língua inglesa, e com a respetiva tradução em língua portuguesa.

Estamos agora ao vosso dispor para responder às perguntas.

O Sr. Presidente: — Feita esta declaração inicial pelo Sr. Dr. Enrique Casanueva, vamos dar início às questões que serão colocadas pelos Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, antes de mais, começo por cumprimentar os representantes do JP Morgan.

Considero que nunca é de mais enfatizar a importância da matéria sobre a qual estamos a tratar. Ou seja: os vários contratos *swap* que estavam nas empresas públicas, em particular aqueles que foram contratados com o JP Morgan, tiveram um prejuízo de algumas centenas de milhões de euros para o Estado e tiveram como consequência a demissão de gestores públicos. De facto, esta é uma matéria importante e que nós tratamos com toda a profundidade, tanto quanto é possível.

Por isso, e para ter uma noção mais abrangente em relação a este assunto, as perguntas que gostaria de lhe colocar são as seguintes: quantos contratos derivados tinha, no total, com as empresas públicas portuguesas? Que empresas eram estas? E qual o valor desses contratos?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Enrique Casanueva.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Pretendo clarificar que todas as respostas que têm a ver com *swaps*, possivelmente a maioria, serão respondidas por.... Tendo em conta os cargos que ambos exercemos, o Sr. Barbarisi, responsável pelas operações na Europa do sul, irá responder às demais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi (Responsável pela Área de Sales and Marketing para o sul da Europa): — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em junho, quando foram fechadas as negociações com o IGCP, existiam quatro entidades públicas envolvidas: a REFER, a EGREP, a Metro de Lisboa e a Metro do Porto, num total de 13 transações, das quais duas referentes à REFER, nove à Metro de Lisboa, uma à EGREP e uma à Metro do Porto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — A próxima pergunta que coloco tem a ver com uma realidade que já encontramos várias vezes. Há um documento da Metro do Porto em que esta empresa afirma que há um financiamento, em 2008, concedido pelo vosso banco e que foi condicionado à contratação de um *swap*. Isso é verdade ou não? Ou fazer

este tipo de operações, como o financiamento condicionado à contratação de *swaps*, era prática habitual do JP Morgan?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em relação à sua pergunta, a resposta é negativa. Tratava-se de transações separadas, ou seja, os *swaps* eram tratados como *swaps* e as demais transações, caso fossem financiamento capital, eram tratadas como tal.

Portanto, em relação à oferta comercial com a Metro do Porto, o JP Morgan apresentou uma proposta distinta e depois da ligação entre ambas as propostas, foram alvo de um acordo com a empresa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Portanto, o financiamento de 120 milhões à Metro do Porto não foi condicionado à celebração de um contrato *swap*?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Não, a proposta de 120 milhões corresponde a um empréstimo, ou seja, é uma proposta de empréstimo. Depois, houve um *swap*, em que esse cupão de *swap* esteve ligado, de uma certa maneira, à concessão de crédito. Tendo em conta que o JP Morgan não é uma entidade de crédito, não concedeu qualquer crédito, no entanto, favoreceu a possibilidade desse crédito existir.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Na sua intervenção inicial, disse-nos que estes *swaps* tinham como objetivo proteger de variações de taxa de juro. No entanto, o que temos visto é que, em várias estruturas, a própria estrutura dos produtos derivados está mais sujeita e permeável ao risco do que o subjacente em si, porque está dependente de índices proprietários ou de outras taxas de juro que não aquelas ligadas ao empréstimo.

A minha pergunta é a seguinte: o objetivo das empresas públicas em contratar estes derivados era só o de proteger do risco de variação da taxa de juro ou, ao contrário, era um objetivo de maximizar ganhos financeiros através da contratação de derivados?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Não disse, nem declarei que o propósito do *swap* fosse proteger a variabilidade da taxa, mas, sim, que esse aspeto estava associado à maturidade. Portanto, o objetivo da empresa era gerir esse custo em função do custo esperado e da sua variabilidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Os *swaps* do JP Morgan com as empresas públicas portuguesas foram cancelados e, para esse cancelamento ter sido possível, imagino que tenha havido uma série de conversações com as empresas ou com o Estado português.

As minhas perguntas são as seguintes: como é que foi feito esse contacto? Quem é que fez o primeiro contacto para o cancelamento do *swap*? Quem é que alertou quem em relação às perdas potenciais deste *swap*? Quem é que tomou a iniciativa para o cancelamento deste *swap*?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

O JP Morgan foi ao encontro das empresas públicas portuguesas a partir de abril de 2011, quando a situação económica e de acesso ao mercado se começou a deteriorar. Também começaram os contactos com o Governo, mas tiveram de esperar pelas eleições, portanto no final do verão de 2011. Depois, prosseguiram com o IGCP, uma vez que se tratava da entidade encarregue destas questões.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Consegue descrever quais foram os contactos precisos e qual foi o conteúdo dessas conversas a partir de abril de 2011 até às eleições? Portanto, qual foi o conteúdo das conversas, quem foi o interlocutor dessas conversas e se alguma vez essas conversas passaram, não lhe chamaria uma ameaça, mas por uma informação por parte do JP Morgan em como ia cancelar os contratos.

Alguma vez avisaram ou pré-avisaram o Governo comunicando que iam cancelar os contratos, no futuro, porque o *rating* estava a descer, visto que poderiam fazê-lo, bem como poderiam cancelar os contratos antecipadamente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

A partir de abril de 2011, avisámos, de facto, as empresas de que, tendo em conta a deterioração da situação financeira, seria bom enveredarem por uma mitigação do risco. Obviamente que essa situação dependeria de cada empresa e de cada um dos riscos envolvidos.

Nesse contexto — fez bem em referir que não se tratava de uma ameaça, porque o JP Morgan não ameaça ninguém, nem empresas nem governos —, foram avaliados esses contratos, nomeadamente os que eram *triggers* em termos de ação, e dissemos que seria bom rever essas situações, tendo em conta a sua exposição ao mercado.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de continuar, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Entendemos que seria necessário avaliar o grau de exposição e ter a certeza de que a situação era bem entendida pelas empresas públicas portuguesas. Assim, houve várias reuniões em 2011 e no decorrer de 2012 repetimos essas reuniões para que houvesse um bom entendimento e uma explicação em relação às carteiras envolvidas.

No mês de julho tivemos, inclusive, uma reunião com o Ministro das Finanças para expor quais seriam as fases subsequentes. Também tivemos contactos com o IGCP, que aguardava um novo enquadramento jurídico, e, quando foi nomeado, com o seu novo diretor.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Para completar a minha resposta anterior, quero dizer ainda que entendemos, da parte do Diretor do IGCP, que seria nomeado um assessor ou consultor em finais de setembro, mas que o JP Morgan ou qualquer outra entidade financeira não iria interagir diretamente com esse assessor/consultor.

O Sr. Presidente: — Faça favor de continuar, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Na sequência disso tivemos uma reunião, em Londres, com o IGCP em novembro, e o processo foi prosseguindo: houve contactos em meados de novembro, em dezembro e em janeiro, mas não se chegou a qualquer acordo negocial nessa fase; em janeiro, pedimos uma reunião com o secretário de Estado da tutela; no início de março fomos contactados pelo IGCP para novas negociações e o processo foi prosseguindo a bom ritmo até ao cancelamento, em junho, com um período bastante mais intenso durante o mês de maio, em que tínhamos contactos semanais com o IGCP para avaliar os pormenores da carteira.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, vou fazer mais duas perguntas para precisar alguns fatores.

Primeira: é possível concluir que, a partir de abril de 2011, o Estado português tinha perfeita consciência do que se passava ou das complicações e do desconforto do JP Morgan relativamente a estes *swaps*?

Segunda: em algum momento, nestas negociações com o Ministério, com a secretaria de Estado e com o IGCP, o JP Morgan pressionou e disse claramente que ia fazer uso das cláusulas de cancelamento antecipado por via dos *rating triggers* que davam à JP Morgan poder de cancelar estes contratos, sendo que os mesmos tinham um valor de mercado negativo para as empresas públicas portuguesas e positivo para o banco?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em relação à primeira pergunta, penso que cada um poderá tirar as conclusões que quiser e bem entender em relação ao papel do Governo português nesta matéria.

Relativamente às empresas públicas portuguesas, devo dizer que se trata de empresas bem informadas e conhecedoras destas situações. Portanto, aquilo que está em jogo é o acompanhamento destas empresas quanto a estes contratos e também o facto de ter havido um *downgrading* dos *rating triggers*.

Mas não houve pressão; aquilo que houve, em contrapartida, foi, sim, um acompanhamento destas situações em relação aos riscos envolvidos, à saúde financeira e à estratégia do Governo.

Portanto, o que pretendemos indicar claramente é que tínhamos de levar em consideração a situação das empresas públicas portuguesas. E a pressão não foi de modo algum no sentido do cancelamento, mas, sim, de ajudar as empresas a terem um bom conhecimento da situação, assegurando um acompanhamento das mesmas.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, pode dizer-me de quem partiu a iniciativa para o cancelamento destes contratos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

O acordo em relação ao encerramento/cancelamento veio do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, pode dizer-me qual era o valor de mercado dos contratos no momento do encerramento e qual o valor pago pelo Estado à JP Morgan pelo seu cancelamento?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em relação ao valor de mercado, estamos a falar de um valor de mercado médio de 434 milhões. Tendo em conta a especificidade das

transações e a falta de garantias, a percentagem que pode ser apontada é da ordem dos 30%, significando, portanto, um valor de cerca de 131 milhões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, eu queria perceber o processo de negociação para se chegar a esta conclusão.

Soubemos pela comunicação social que o Estado português esteve perto de levar a resolução destes contratos a tribunal. Queria saber se pode confirmar esta afirmação, ou não, isto é, se este processo se iniciou, ou não.

Gostaria ainda de saber se esta foi a primeira proposta do Governo português e, em caso negativo, qual foi a contraproposta.

Já agora, queria saber porque é que o JP Morgan aceitou fechar estes contratos com um desconto de 30% pelo encerramento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Conforme saberá, houve contactos por parte do IGCP, aliás, e em primeiro lugar, o JP Morgan alertou quanto a esta situação, nomeadamente no que respeita a três empresas.

A 26 de abril deste ano, numa conferência de imprensa com o representante do IGCP, suscitou-se a possibilidade de existir um processo judicial no quadro da lei britânica.

O JP Morgan preferiu a via do acordo e foi esse o caminho que seguiu, negociando com vista a chegar a um acordo potencial, o que foi fazendo ao longo do tempo e mais intensamente no mês de maio, tendo chegado a um acordo no mês de junho, independentemente da taxa de 30% referida há pouco.

Essas perdas potenciais para o JP Morgan foram tidas em consideração, levando em conta o facto de se tratar de uma entidade que tem as transações que tem no País e que pretende continuar a trabalhar com Portugal, com o qual tem uma relação comercial há muito tempo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, queria perguntar-lhe, muito diretamente, se o facto de o JP Morgan ter aceite este *haircut* de 30% teve alguma contrapartida da parte do Governo português, nomeadamente, e falando de uma relação comercial, a contratação do JP Morgan para assessorar o processo de privatização dos CTT, facto que se tornou conhecido em Portugal exatamente depois da resolução destes contratos. Portanto, há aqui uma sequência cronológica, ou seja, o Estado português conseguiu resolver o problema financeiro, os contratos que tinha com o JP Morgan e os potenciais conflitos que pudesse ter nesta relação e, logo a seguir, este banco foi contratado para fazer a privatização dos CTT por um valor que ainda é desconhecido, que não sabemos qual é.

Assim, pergunto-lhe se houve contrapartidas do Estado português para que o JP Morgan aceitasse o cancelamento destes contratos e se a contratação do JP Morgan para a privatização dos CTT está envolvida neste processo.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Uma vez que esta pergunta não está diretamente ligada aos *swaps* será respondida por mim.

O processo ao qual se referiu e em que o JP Morgan foi mandatada é totalmente independente dos processos dos *swaps*.

O que é que aconteceu? No mês de fevereiro, o JP Morgan, tal como outras entidades financeiras, recebeu um pedido no sentido de apresentar uma proposta, o que foi feito numa base concorrencial.

Por conseguinte, a 4 de março, o JP Morgan apresentou a sua proposta; a 10 de abril, quando a decisão foi tomada, soube pelo Governo que tinha sido mandatada, assim como outro banco, o Caixa Investimento, para ser coassessora ou coconsultora no quadro da privatização. Nessa altura, o JP Morgan encetou contactos, nomeadamente com a Caixa Geral de Depósitos, para que fossem negociadas condições equiparadas para

ambas as entidades escolhidas e pediu ao Governo uma espécie de carta-contrato definindo os termos deste processo.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de continuar a resposta, Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

O JP Morgan e a Caixa Geral de Depósitos têm contratos exatamente iguais.

A 26 de abril, houve uma conferência de imprensa a esse propósito e, depois, prosseguiu a negociação em relação à carta-contrato. Simplesmente, a dada altura, deixou de haver contactos com a Parpública, que «desapareceu do mapa», por assim dizer, e durante quatro ou cinco semanas nunca mais ouvimos falar da Parpública. Isso correspondeu ao período em que se iniciaram as negociações em torno dos *swaps*, que chegaram a uma conclusão em junho.

Quando a situação dos *swaps* ficou sanada, então, em finais de junho, o JP Morgan recebeu uma carta quanto aos termos contratuais, sendo que não houve qualquer alteração em relação àquilo que tinha vindo a ser negociado.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de continuar, Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Gostaria de clarificar, pelo facto de poder ter havido algum lapso, que o Sr. Casanueva pretende referir que o JP Morgan foi mandatada neste processo que decorreu numa base negocial bem como a Caixa.

A 12 de abril houve negociações do contrato com a Parpública, deu-se uma conferência de imprensa por parte do Sr. Secretário de Estado e, na sequência desse processo, houve algum «ruído» que levou à suspensão das negociações com a Parpública, tanto mais que estava a decorrer o processo dos *swaps*.

Portanto, houve essa interrupção, sem que nada tivesse sido assinado.

Em junho a Parpública voltou a entrar em contacto com o JP Morgan e retomaram-se as negociações, os termos contratuais não foram alterados, mantiveram-se tal e qual existiam antes da interrupção.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero saudar a delegação do JP Morgan pela importante informação que traz a esta Comissão de Inquérito.

Começarei por perguntar entre que datas celebraram acordos *swap* com as empresas públicas portuguesas. Quando é que começaram e quando

é que terminaram?

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em relação ao primeiro contrato ele foi celebrado em novembro de 2004 e as últimas emendas ou alterações foram feitas em dezembro de 2010.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Da vossa intervenção inicial já percebi que não celebraram qualquer contrato sujeito a qualquer condição ou restrição de financiamento. No entanto, estas empresas públicas necessitavam avidamente de financiamento.

Existem, para além destes contratos *swap*, contratos de financiamento com estas empresas públicas ainda que não associados ao mesmo contrato?

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Gostaria de referir que o JP Morgan tratou dos seus *swaps* e separadamente ajudou as entidades que assim o solicitaram a encontrar financiamento junto de outras entidades.

Portanto, o JP Morgan agiu, de algum modo, como «facilitador». Relembro-vos que o JP Morgan não é uma entidade de financiamento, não comprou nem obrigações nem títulos dessas empresas e, portanto, não houve qualquer condição em relação à contratação de *swaps* que tenha a ver com situações desse género.

Bom, para não usarmos o termo «facilitador», fizeram o favor de me dar o termo exato, e, então, direi que o JP Morgan desempenhou o papel de «colocador».

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Essa é uma das funções do JP Morgan.

No diálogo que existe entre o JP Morgan e as empresas públicas portuguesas e o Estado português, consideram que há um «momento antes» e um «momento depois» das eleições de 2011?

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Não houve qualquer alteração em relação à forma como abordávamos as empresas antes ou depois das eleições.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Mas quanto à preocupação do Estado português e às preocupações das empresas públicas houve uma mudança substancial no comportamento destes mesmos atores?

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Não, não alterámos a nossa abordagem. Simplesmente, em 2011, as condições de mercado e os factos materiais foram o que foram e, portanto, em abril de 2011, ou meados de 2011, entendemos que era necessário falar com o IGCP e não apenas com as empresas envolvidas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Eu insisto nesta questão: antes de 2011, se bem depreendi da vossa primeira intervenção, apesar de considerarem que existiam pessoas especializadas nas administrações destas empresas, não houve uma preocupação ou não houve uma gestão dinâmica destes contratos.

Pergunto se a partir das eleições de 2011 e perante os contactos, que já relataram na vossa abordagem, a gestão e a dinâmica de que se revestiu este tipo de contratos mudou claramente.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Gostaria de esclarecer que em abril de 2011 deu-se a ocorrência de se ter acesso a um pacote da troica e ao facto também de terem sido reduzidos os *ratings* das EPP associados ao *downgrade* da notação do Estado português, daí o JP Morgan ter entrado em contacto com as empresas públicas portuguesas para avaliar a possibilidade de se mitigarem esses riscos.

Esses contactos foram efetuados e, a dada altura, além das empresas foi necessário contactar também o IGCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Portanto, o teor do contacto com o IGCP em abril de 2011 foi no sentido de alertar para a existência de um problema complicado ao nível destes contratos e há o objetivo por parte do JP Morgan de, eventualmente, renegociar estes contratos.

Pergunto: foi exatamente isto?

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Não se importa de repetir a pergunta?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — A questão que coloquei foi a seguinte: em abril de 2011 partiu da vossa iniciativa o contacto com o IGCP, ou com o Governo — ainda não percebi muito bem -, no sentido de alertar o Estado português e o próprio IGCP nos riscos em que incorria a dívida pública portuguesa, em que incorria o País, de resto, refletidos na diminuição do *rating* da República e dessas mesmas empresas.

Pergunto se foi nesse sentido, se foi no sentido de alertar o Estado português de que havia riscos grandes de contágio da própria economia, pelo facto de existir, diria mesmo, este *tsunami* financeiro, em termos de contratos *swap*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês*).

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Por razões de clareza — e peço desculpa se há pouco não fui preciso —, em abril o JP Morgan entrou em contacto com a Metro de Lisboa. Com as outras empresas também, mas nomeadamente com a Metro de Lisboa,

tendo em conta o seu *rating trigger* devido ao *downgrade* do *rating*. Portanto, foi a entidade com a qual o JP Morgan entrou em contacto e referiu, inclusive, que poderia ter exercido as suas cláusulas de rescisão e ter beneficiado da indemnização associada nos termos contratuais, mas não o fez.

Contactou todas as empresas públicas portuguesas, exatamente no mesmo sentido, ainda durante o mês de abril de 2011. O Sr. Barbarisi não assistiu, mas acompanhou, e o que foi dito pelas empresas públicas portuguesas em relação a essa situação, nessa altura, é que seria necessário entrar em contacto com o Governo para tratar dessa questão.

O JP Morgan, pela sua parte, pretendia chegar a um acordo comercial com as empresas públicas portuguesas, daí não ter exercido essas cláusulas, tendo o direito de o fazer. Entendeu que deveria, então, passar a tratar desse assunto com o Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Então, os contactos com o Governo deram-se a partir de que data?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês*).

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Julgo que o primeiro contacto direto em que se encetou uma conversa sobre estes assuntos terá sido no início do mês de agosto de 2011.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Entretanto, decorreu um período de negociações onde naturalmente ocorreram muitas reuniões. Mesmo se não conseguir detalhar, neste momento, pode fazer chegar à Comissão informação sobre o conjunto de reuniões que entretanto decorreram até ao fecho dos contratos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês)*.

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em agosto de 2011, contactámos o Governo, pelo qual soubemos que iria mandar o IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública) para acompanhar estas situações. Contactamos o IGCP, que se foi familiarizando com as transações e com os contratos, e obtivemos também as derrogações relativamente às cláusulas de confidencialidade junto das empresas públicas portuguesas envolvidas.

Portanto, tivemos contratos regulares no decurso de 2011 e em julho houve uma reunião com o Secretário de Estado (já tinha decorrido mais de um ano) em que pretendíamos saber qual a nova estratégia do Governo.

Também entrámos em contacto com o novo Diretor do IGCP, que entretanto tinha sido alvo de um novo enquadramento jurídico. Chegámos ao mês de setembro e o IGCP, nessa altura, dá-nos a conhecer de que iria ou teria nomeado um consultor.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês)*.

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Depois tivemos novamente uma reunião com o Diretor do IGCP, a qual não foi programada, mas que ocorreu aquando de uma ida a Londres do Diretor do IGCP, em que tivemos a oportunidade de o encontrar e fomos dito que seríamos contactados em breve, tal como aconteceu, para que a equipa do IGCP que estava com este processo acompanhasse a negociação com vista ao cancelamento destes contratos.

Portanto, tivemos variadíssimas reuniões durante os meses de novembro, de dezembro e de janeiro, nas quais não apresentámos qualquer proposta de acordo. Pedimos uma reunião ao Secretário de Estado que, por sua vez, nos disse que a entidade com a qual deveríamos tratar era o IGCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês)*.

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

No início do mês de março, fomos chamados pelo IGCP e houve várias reuniões de negociação mais prementes. Em abril, realizou-se aquela conferência de imprensa e não quisemos interromper as negociações, que se intensificaram durante o mês de maio e na primeira semana de junho chegámos a um acordo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Em jeito de conclusão desta parte do meu questionário, direi que o Governo anterior estava devidamente alertado pelo JP Morgan e estaria também alertado pela Morgan Stanley, presumo que desde 2010, o que na realidade nos cria aqui a questão: o que é que o Governo fez perante o conhecimento destas situações? Mas deixo esta questão apenas como conclusão deste capítulo, para reflexão, e passarei às questões que se referem a vós.

Relativamente aos custos que tiveram com o fecho destes contratos, presumo, de acordo com as vossas informações, que existe um benefício para o Estado português na ordem dos 130 milhões. Quanto é que isto representa em resultados do escritório do JP Morgan em Portugal para os próximos anos? Quantos anos são, o que representam, em termos de resultados?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Gostaria de relembrar que o JP Morgan em Portugal apenas dispõe de um escritório de representação, o que significa que não tem uma atividade de *per si*. A atividade do JP Morgan faz-se por intermédio de entidades britânicas, pelo que não temos resultados específicos no que diz respeito a Portugal em concreto. Temos, de facto, negócios com clientes portugueses, mas é-nos difícil dar aqui elementos comparativos desse género.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Volto, então, a insistir, até para se poder comparar: qual foi o volume de negócios do JP Morgan em Portugal no ano transato?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Talvez eu não tenha sido suficientemente claro. Repito que, em Portugal, o JP Morgan dispõe apenas de um escritório de representação, através do qual fornece serviços de *marketing*, bem como outros serviços, nomeadamente no que diz respeito ao dólar americano, em relação a outras entidades em Portugal.

Quando falamos de um escritório de representação significa que não existem resultados contabilísticos, ou seja, não existe qualquer lucro em Portugal; se temos clientes em Portugal, quaisquer que sejam, eles entram num «bolo» europeu, neste caso. E podemos estar a falar quer de *swaps*, quer de banca privada, quer de qualquer outra atividade associada.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, percebo que não queira responder a questões sobre a atividade comercial da empresa.

Pergunto-lhe, então, se foi difícil o Sr. Doutor convencer a sua administração, os seus acionistas, da vantagem do fecho destes contratos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Com efeito, trata-se de um grande desconto e, portanto, foi difícil convencer, sobretudo, os acionistas sobre o mérito da decisão. Porém, tendo em conta a transação, os colaterais, a exposição das empresas e, principalmente, o facto de não querermos entrar pela via da litigação, bem como o interesse comercial da empresa, devo dizer-lhe que «doeu, mas valeu».

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Então, posso concluir que o Estado português fez um bom negócio para os contribuintes portugueses.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

A conclusão é sua. Não sou português e não posso falar nem pelo Estado português nem pelos portugueses.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Santos Silva (PSD): — Mas o Sr. Doutor não deixa de ser responsável pela empresa que negociou com o Estado português e não deixou de aceitar este fecho de contratos. É nessa circunstância que coloco a questão.

Percebi, pelas vossas informações, que para o Estado português foi um excelente negócio; para o vosso lado, enquanto contraparte, parece-me que terá sido um mau negócio, no entanto, acautelam essa matéria do ponto de vista da atividade comercial futura.

Para terminar, uma última pergunta quanto às empresas.

Os vossos *swaps* eram dos mais complexos do mercado. Por essa via, reputo muito importante que se fizesse o acompanhamento permanente às empresas. Os senhores informaram-nos que sim, que faziam esse acompanhamento e que apresentavam relatórios periódicos sobre estes contratos.

Pergunto-lhe se do lado das empresas havia esse mesmo acompanhamento. Os senhores sentiam que as empresas faziam uma gestão prudente e defensiva relativamente a esses contratos? Elas atuavam com dinâmica suficiente para evitarem os riscos em que poderiam incorrer na base destes contratos?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Aquilo que posso confirmar é que essas empresas percebiam os produtos que estavam em jogo, que recebiam todas as informações relativamente aos riscos, que lhes eram fornecidas pelo JP Morgan, e relativamente à gestão dos mesmos.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Representantes do JP Morgan, muito boa-tarde.

Tenho algumas questões a colocar a VV. Ex.^{as}, mas começo já por manifestar alguma estranheza relativamente às expectativas que tinha quanto ao vosso depoimento, na medida em que, como os senhores não ignoram e as notícias deram eco disso, o JP Morgan era um dos bancos que tinha pré-litigado com o Estado português.

Devo confrontá-los com uma pergunta muito concreta, com isso iniciando a minha inquirição.

A agora Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças referiu, nesta Comissão, que o Governo foi abordado por vários bancos com a ameaça de exercício das opções de vencimento antecipado previstas em vários contratos de *swap*. A minha pergunta muito concreta é esta: JP Morgan foi um destes bancos?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

O JP Morgan não ameaça nem os seus clientes nem as contrapartes; pergunta, sim, qual a estratégia das empresas, os termos contratuais e o teor dos contratos.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Outra questão que importa esclarecer é uma aparente contradição insanável entre o que disse a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças nesta Comissão e o que acaba de nos dizer o representante do JP Morgan relativamente ao processo de assessoria aos CTT.

O Sr. Doutor referiu que se tratava de um processo totalmente separado; sucede que a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças declarou nesta Comissão, a instâncias de um Deputado quanto à relação que havia entre os CTT e os *swaps*, que havia uma situação de potencial litígio entre o Estado português e um banco — obviamente, o JP Morgan — e que, a existir essa situação, esse banco seria excluído, apesar de a sua proposta ser a melhor.

Não vou pronunciar-me sobre a legalidade da afirmação — é evidente que esta frase em si é uma ilegalidade, pois não há fundamento legal para excluir a melhor proposta por haver um litígio cível com o Estado português —, mas a verdade é que a Sr.^a Ministra referiu que, se

permanecesse essa situação de litígio entre o Estado e o banco, o banco seria excluído e, portanto, não teria vindo a ser contratado.

Assim, o que lhe pergunto é se em algum momento teve a percepção, por parte da Sr.^a Ministra ou do seu interlocutor público, que não iria merecer a contratação se permanecesse num litígio com o Estado português.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Penso não existir qualquer contradição entre o que o senhor disse e o que nós dissemos aqui.

O processo de outorga é conhecido, a litigância potencial à qual se referiu relativamente a um banco, por ventura o JP Morgan, se existisse essa litigância potencial, essa entidade bancária seria excluída do processo.

Agora, convém também referir que, por essa altura, o JP Morgan ainda não tinha assinado nada, portanto, de algum modo, ainda não tínhamos sido mandatados formalmente.

Em finais de abril, conforme já aqui tive oportunidade de referir, houve um silêncio que perdurou durante algumas semanas e é óbvio que esse silêncio estará associado a negociações que decorriam noutra âmbito, noutra mesa, possivelmente dos *swaps*, e quando se fecharam essas

negociações, então as negociações relativas ao caso que referiu começaram.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Portanto, em primeiro lugar, houve um mandato que nos foi atribuído de forma totalmente independente após um processo de seleção competitivo-concorrencial; em segundo lugar, o processo foi interrompido; em terceiro lugar, nunca recebemos qualquer ameaça nem fomos excluídos e quando a situação foi clarificada a negociação retomou tal e qual.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

O que foi dito em relação ao facto foi que podia ser compreensível podermos vir a ser excluídos no caso de existir uma litigância, o que é distinto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Doutor, o presidente da

EGREP, entidade que tinha um contrato com o JP Morgan, referiu nesta Comissão de Inquérito que o cancelamento desse *swap* foi um excelente negócio para o banco.

Que comentário lhe merece esta afirmação?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Repetirei o que já tive oportunidade de dizer: tivemos uma perda e lamentamos o facto de ter incorrido numa perda, mas fizemo-lo atendendo ao nosso interesse, tendo em conta a nossa posição comercial, que pretendemos manter em Portugal, e ao diálogo com as entidades portuguesas.

Gostaria também de salientar que não é, de todo, habitual procedermos desta forma e a ter este género de desconto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Na leitura inicial o senhor esclareceu que o JP Morgan aceitou cancelar os contratos *swap* a pedido do Governo português.

O que lhe pergunto é: qual a data em que foi formalizado esse pedido

e de que modo? Não terá sido, obviamente, através de um telefonema ou de um café ao pequeno-almoço... Portanto, pergunto por que meio é que o Governo português solicitou ao JP Morgan o cancelamento e a data desse pedido.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Para o JP Morgan era indiferente a forma seguida para se lidar com esta situação e se chegar ao fecho destes *swaps*.

Mas, a dada altura, ficou clara qual a estratégia seguida pelo IGCP, nomeadamente em relação a transações que respeitam à EGREP, à Metro do Porto e a algumas da Metro de Lisboa, essencialmente, e as coisas ficaram mais claras.

Quanto às demais transações, o IGCP disse estar disponível para fechar 90% das transações envolvidas na carteira.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, peço a sua compreensão, mas temos de fazer uma pausa e retomar daqui a 10 minutos.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, dando, de novo, a palavra ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, gostaria de insistir na pergunta que formulei e que não me foi respondida, e peço desculpa pela insistência.

A pergunta muito clara é: quando e por que modo expressou o Governo a sua intenção de pôr fim aos contratos, que, aliás, clarificou de modo muito claro. Portanto, quando e por que modo?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

No início do mês de março de 2013 houve uma reunião, a pedido do IGCP, com um representante do JP Morgan.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Há, seguramente, um equívoco, porque eu perguntei quando e em que data o Governo, através do IGCP, expressou a sua vontade de pôr fim aos contratos. É porque, de acordo com todos os relatórios, houve uma ronda de negociações em novembro de 2012

e eu pergunto se ainda não havia manifestação de vontade nessa altura.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em novembro de 2012 e após encontros com a equipa do IGCP... Ou, por outra, tivemos vários encontros a partir de novembro de 2012 com a nova equipa do IGCP e até março de 2013 para o JP Morgan não ficou clara qual era a posição de Portugal em relação ao fecho destes contratos, sendo que não se entendeu se o Governo pretendia ou não fechar estes contratos com desconto.

Portanto, houve vários contactos, falou-se com o IGCP para ver quais eram as fases subsequentes e, finalmente, no mês de março de 2013, foi dito à JP Morgan que o Governo português pretendia fechar os contratos com o desconto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Portanto, resulta claro que, do ponto de vista do JP Morgan, tendo a possibilidade de optar, este optaria pela manutenção dos contratos, ou seja, esse ponto final foi uma opção do Governo português.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Peço desculpa se, porventura, não fui claro.

Para o JP Morgan uma solução ou outra era, basicamente, indiferente; aquilo que pretendíamos, sim, era uma estratégia e foi nesse sentido que fomos trabalhando e essa estratégia foi-nos apresentada.

A partir do momento em que soubemos que o objetivo era fechar com desconto, mantivemos cerca de três meses de negociações.

Bom, procurarei clarificar ainda mais: o que procurámos saber e o que perguntámos foi qual a estratégia do Governo, sobretudo atendendo aos acontecimentos e às diferentes situações que existiam, nomeadamente em termos de alterações de mercado.

Portanto, pretendíamos e precisávamos de saber qual a posição do Governo, tanto mais que, face à crise, as empresas estavam, cada vez mais, dependentes do Governo.

Se o Governo pudesse garantir os *swaps*, ou enviá-los para o IGCP, ou fechá-los, qualquer uma dessas soluções, para o JP Morgan, requereria uma posição por parte da instituição e foi nesse sentido que foi usada a palavra «indiferente».

Portanto, a resolução do problema dependeria do mérito de cada

situação. Quando surgiu a opção do fecho, o que foi alvo de negociação foi o preço e, assim, a questão da contenção é que foi objeto dessas negociações durante três meses.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sendo óbvio que a questão do preço seria sempre relevante, ou não seriam os senhores um banco, eu queria agora questioná-lo sobre um tema que já foi abordado nesta Comissão de Inquérito.

Os senhores referiram que interpelaram várias empresas no primeiro semestre de 2011.

Sucedo que o Sr. Presidente da EGREP referiu que foi ele próprio a contactar o JP Morgan, solicitando informação relativa à renegociação do *swap* que tinha contratado e que, ao que foi referido, o JP Morgan, de imediato, sem qualquer processo negocial, ofereceu um desconto de 30 milhões. Confirma ou não?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em relação ao pedido que nos foi feito pelo EGREP, embora esse

pedido não me tenha sido feito pessoalmente (apenas tive conhecimento dele), posso dizer que ele foi no sentido de pedir à JP Morgan uma análise da situação, nomeadamente numa ótica de recompra.

Uma vez que não existia uma referência suficientemente clara no mercado em relação aos títulos em causa, procurámos fazer uma avaliação com base em títulos equiparáveis para obter um valor médio de mercado. Mas isso leva-me a dizer que, em termos de cancelamento, o valor será aproximadamente de 30 milhões.

Acontece que, atendendo a esta análise e aos cálculos que foram dados, no caso de uma eventual recompra, o valor seria superior ao do desconto.

Para clarificar, ainda mais, em relação ao valor nominal dos títulos e ao preço estimado para esses títulos, se fizermos uma avaliação *mark-to-market*, o valor seria superior a 30 milhões. Acontece que não houve qualquer desconto sobre os *swaps*, no âmbito deste cálculo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira prosseguir, por favor.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estarei a concluir o tempo que nos foi disponibilizado e queria apenas colocar duas questões. Uma: o relatório do IGCP (que, presumo, não seja do vosso conhecimento, mas, se for, agradeço que o digam) faz referência à circunstância de o JP Morgan ter solicitado a intervenção da Caixa Geral de Depósitos. Acho totalmente estranho e, portanto, gostaria de verificar em que termos foi solicitada, por parte do JP Morgan, a intervenção da Caixa Geral de Depósitos — com que fundamento e ao abrigo de que estratégia.

Relativamente a estratégia, também era uma questão muito direta, se me...

O Sr. Presidente: — A segunda pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — É a segunda, Sr. Presidente, e conluo.

O Sr. Presidente: — Mas peço-lhe que respondamos primeiro a essa primeira pergunta.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Muito bem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Alberto Barbarisi, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Pois, assume bem: não tivemos, de facto, qualquer acesso ao relatório do IGCP nem a nenhuma síntese.

Quanto à questão da intermediação com bancos locais, tal como a Caixa Geral de Depósitos: de facto, no passado, tivemos contactos com bancos comerciais, em Portugal, nomeadamente para a venda de determinados produtos. Portanto, poderia ter acontecido que, no âmbito das

nossas conversações com o IGCP, tivéssemos podido sugerir a intervenção de bancos portugueses, bancos locais.

E para acrescentar: não teríamos qualquer preferência, teria eventualmente sido uma possibilidade — estamos no campo das hipóteses, das possibilidades.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira prosseguir, por favor.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, a última pergunta, então.

O Sr. Doutor há pouco enfatizou que o fecho das posições *swaps* contratadas com o JP Morgan foi um pedido do Governo português e que essa opção do Governo português só foi definitivamente percebida pelo JP Morgan em março de 2013. Ou seja, posso concluir que o Governo — este Governo — demorou 21 meses a formalizar, a tornar conhecida essa sua opção.

E esta pergunta é obviamente relevante porque, conhecerá a realidade melhor do que eu, numa altura em que, no segundo trimestre de 2011, as perdas potenciais da totalidade dos *swaps* contratados pelo Estado a empresas, pelo setor empresarial do Estado, oscilavam entre 1,6 mil milhões de euros, elas mais do que duplicaram nesse período.

Portanto, é muito importante que responda a esta pergunta, porque, surpreendentemente, me comunicou que só foi definitivamente percecionado pelo JP Morgan que a opção do Governo português era a do encerramento dessas posições, em março de 2013, este ano.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Alberto Barbarisi, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Quanto à proposta do Governo, de fechar os *swaps* com desconto, foi uma opção correta, nomeadamente no que diz respeito aos *swaps* problemáticos, ou seja, 90% dos *swaps*.

Quanto aos outros, a posição do Governo não foi expressa nesses termos, mas o Governo percebeu...

Protestos do Deputado do PS Filipe Neto Brandão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas não interrompa a intérprete. No final, se quiser fazer alguma observação, fará.

A tradução é a seguinte:

Mas o Governo percebeu qual era a preferência do JP Morgan, no sentido de fechar todos os *swaps*, desde que houvesse acordo entre as partes.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, deseja fazer algum comentário?

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, como resultou claro da pergunta e, creio, da resposta, a pergunta era datada, ou seja, era relativa a março de 2013, e essa era a pergunta.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Alberto Barbarisi, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Vamos então ao complemento da resposta, uma vez que ainda só tinha havido uma parte da resposta à sua pergunta.

Concordámos em fechar o resto dos *swaps*. Entendemos talvez tenha sido um mal-entendido da nossa parte, admitimo-lo, mas entendemos, pela primeira vez, que a intenção por parte do Governo, em relação ao fecho, era essa. E isso aconteceu a partir do momento em que nos encontrámos em Londres, ou seja, a partir de março de 2013 é que essa situação se tornou clara.

Seja como for, o JP Morgan comprometeu-se em relação quer ao Governo quer ao IGCP em relação a estas situações.

O Sr. Presidente: — Segue-se agora o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar os representantes do JP Morgan, nomeadamente o Dr. Enrique Casanueva e o Dr. Alberto Barbarisi.

Resta-me tentar encontrar algumas perguntas que ainda não foram feitas e tentar ajudar ao esclarecimento do que nos propusemos e, nesse sentido, queria começar pela seguinte: dando como bom — como VV. Ex.^{as} aqui afirmaram que estavam a lidar com empresas perfeitamente conscientes e conhecedoras deste tipo de produtos — que o banco deu toda a informação considerada útil para uma assinatura esclarecida destes contratos e dando também como bom, porque é factual, que a partir de 2008 houve uma alteração superveniente das circunstâncias e aquilo que era assinado de forma segura passou a ser problemático, a minha pergunta é no sentido de saber porque é que na reestruturação (e todos os *swaps*, se não me falha a memória, foram reestruturados) mantiveram, segundo o IGCP, o mesmo grau de complexidade e o mesmo grau de toxicidade. Porque é que não se aproveitou essa reestruturação para reduzir os riscos que até então não eram previsíveis ou não foram passíveis de previsão?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Alberto Barbarisi, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em relação à referência que fez quanto à complexidade e à classificação, devo dizer-lhe que não tive acesso à classificação à qual o senhor se refere.

Temos as nossas próprias práticas para avaliar e classificar, as quais assentam essencialmente na adequação dos contratos, o que é feito com base em complexidade/toxicidade, mas sobretudo em tudo aquilo que está envolvido nestes contratos e no facto de prestarmos às empresas a informação necessária que lhes permita não só entenderem, como também avaliarem o risco envolvido.

De modo que o JP Morgan apresentou diferentes possibilidades tendo em conta cada um dos produtos e cada uma das empresas. Apresentou essas propostas fundadas e enformadas, e com base nisso coube aos nossos clientes avaliarem a situação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, tem a palavra.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — É verdade que usei uma classificação do IGCP, mas vamos então utilizar uma outra classificação.

Nós já ouvimos um conjunto de bancos e na prática foi comumente aceite — e já aprendi muito, porque não sou especialista na matéria — que há pelo menos nomes que toda a banca usa. Ontem mesmo, ouvimos a Société Générale que só utilizou *plain vanilla*. Julgo que conhece um *plain vanilla* e esses *plain vanilla swaps* não tinham qualquer grau de complexidade e não deram qualquer problema..., é fácil de terminar, reestruturar, etc.

Queria perguntar-lhe se VV. Ex.^{as} com a Metro de Lisboa e a Metro do Porto fizeram um *quanto range accrual* em 15/7/2007 e um *algorithmic strategy* em 15/09/2008 a pagar taxas de juro (à data de 31/12/2012) de

11% e 10%. Diga-me se estes *swaps* na sua classificação são similares a um *plain vanilla*, se são simples ou são complexos e de quem foi a iniciativa da indicação desse produto. Foi do banco ou das empresas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Tendo em conta a extensão da sua pergunta irei responder-lhe por partes e talvez a primeira parte não responda de imediato ao teor da sua pergunta...

Quando estamos a falar de *plain vanilla swaps* e tendo em conta os três *swaps* envolvidos nestas operações estamos aqui essencialmente a falar de *swaps plain vanilla* com *caps* fixos e uma carteira consentânea.

O JP Morgan neste particular não tinha qualquer preferência.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Quanto ao facto de os *swaps plain vanilla* serem melhores, eu discordaria de si em relação a esse género de avaliação e poderia dar-lhe o

exemplo do *swap* com a EGREPE em que a maioria da variação do *mark-to-market* que se originou tem que ver com a composição do próprio *swap* e com determinados elementos mais complexos do *swap* que inclusive levou a que houvesse ganhos positivos.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Repito: quanto à afirmação de os *swaps plain vanilla* serem melhores eu discordaria e posso dar-lhe o exemplo do *swap* com a EGREPE em que a maioria da variação do *mark-to-market* negativa para a empresa foi originada pela componente *vanilla* do *swap*, ao passo que os elementos mais complexos do mesmo *swap* levaram a um ganho positivo para a empresa.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em relação à segunda parte da sua pergunta referiu-se à *algorithmic strategy*, bem como ao *quanto range accrual*, ora eu teria de verificar os elementos específicos que perguntou, mas em relação a dois produtos

associados a uma gestão de mercado e quanto a eles não fornecermos a informação isso não seria algo habitual, sobretudo numa ótica financeira.

Portanto, costumamos fornecer informações sobre custos e aspetos financeiros para que então por parte da empresa seja possível ser tomada uma decisão com vista a uma reestruturação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Aceito que não concorde com a afirmação de que os *swaps plain vanilla* são mais estáveis, mas isso decorre da constatação de, por exemplo, o IGCP só ter feito *swaps plain vanilla* e todos eles com valores *mark-to-market* positivos — isso resulta do relatório do IGCP que o senhor desconhece, mas que nós conhecemos. Genericamente todos os *plain vanilla* têm valores *mark-to-market* positivos o que não acontece com os *snowballs* ou com outro tipo de *swaps*.

Eu não considero o produto *swap* mau, o que consta lá dentro é que é complicado, mais entendível e mais ou menos complexo...!

Muitos administradores de empresas, em concreto, a Metro do Porto e a Metro de Lisboa, disseram que ficava mais caro fazer contratos *plain vanilla* e que era mais fácil em termos de duração do contrato era mais rentável fazer outro tipo de *swaps*.

Julgo mesmo, mas gostava que me confirmasse, que a Metro de Lisboa afirmou que numa assinatura de um *swap* que não era *plain vanilla* recebeu, à cabeça, 30 milhões de euros. Queria que me confirmasse se, em algum desses contratos com a Metro de Lisboa, foi dado esse valor em detrimento da assinatura de um outro *swap* — estou quase a chegar à especulação...!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em relação aos comentários do IGCP por parte dos administradores das empresas públicas portuguesas sobre o facto de os *swaps plain vanilla* serem melhores ou não, não irei tecer qualquer comentário: as empresas públicas portuguesas entraram livremente nestes *swaps*, tendo em conta os elementos que possuem.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Quanto à empresa EGREP (Entidade Gestora Reservas Estratégicas Produtos Petrolíferos, E.P.E.) e após janeiro de 2009, data da última reestruturação, deram-se alterações na variação do *mark-to-market* em virtude de taxas mais baixas, o que teve um efeito sobre o *fixed to float* dos *swaps*, nomeadamente na sua componente *plain vanilla*. Relativamente à componente não *vanilla* dos *swaps*, o desempenho para as empresas foi positivo.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Quanto à sua pergunta de saber se posso reconhecer a existência de uma transação com a Metro de Lisboa relativamente aos 30 milhões, posso confirmar que, de facto, houve três contratos *swap* em maio de 2007 pelo valor nominal de 200 milhões e que os pagamentos recebidos para estes contratos, no início, foram de 30 milhões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Muito obrigado.

Não é uma acusação ao Banco, que não tem rigorosamente nada a ver com isto, mas quero saber se as empresas quiseram, apenas e só, correr o risco ou se estiveram a especular.

Falou na EGREP, e eu quero falar-lhe num *swap* feito com a EGREP, com financiamento de 310 milhões com o Banco Dexia. Fazem um *swap* em que está claríssimo que a empresa aposta fortemente na subida de taxas, tem um *floor* de 2.5, tem um *cap* máximo de 3.55 e a complexidade deste *swap*, à data de 31-12-2012, com taxas de juros a menos de 1%, significa que o prejuízo para a empresa é garantido (aliás, este *swap* é considerado o pior e o mais tóxico de todos os assinados por empresas portuguesas). Queria que me explicasse um pouco o que se

passou com este *swap*: se ele é, de facto, apenas e só de cobertura de risco ou se é mais do que isso.

Só quero deixar claro de que esta foi uma opção da empresa. Sabemos isso porque este é um *swap* autorizado pelo Secretário de Estado Carlos Costa Pina. Portanto, tem a autorização da tutela.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi gostaria de saber se, de facto, o Sr. Deputado fez referência a um contrato *swap* assinado pela EGREP e pelo Banco Dexia, no exemplo dado do *swap* no valor de 310 milhões de euros.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sim, mas para cobrir a informação que tenho de que foi autorizado um *swap* com o JP Morgan para cobrir o risco da taxa de juro no eixo de financiamento.

O Sr. Presidente: — Está clarificado.

Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

O propósito das empresas ao recorrerem aos *swaps* — suponho que é isso que está implícito na pergunta — era o de gerirem o seu risco e as variações de taxas implícitas. Quando estamos a falar na esfera financeira é difícil introduzir o conceito de «matar o risco». Em finanças o risco das variações existe e é evidente que um evento negativo é um risco negativo.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

A estrutura de um *swap*, por si, só permite às empresas terem acesso a taxas com um teto máximo e um limite mínimo e com variações a curto e a longo prazos. Agora, tendo em conta os acontecimentos ocorridos na zona euro e todos os elementos envolvidos, nunca se pode dar uma garantia total. Portanto, aquilo que o JP Morgan fez foi apresentar um produto com uma taxa máxima e uma taxa mínima sujeitas a flutuações. Assim sendo, o que lhe posso dizer é que esses produtos, depois, estão associados a uma determinada capacidade de gestão.

Portanto, em última análise é sempre uma opção por parte da empresa entrar ou não neste género de contrato, tendo em conta toda a informação que lhe é prestada pela entidade bancária — no caso presente, o JP Morgan —, em relação às taxas que são propostas, tetos máximos,

limites mínimos e todas as variações com todas as complexidades de que o Sr. Barbarisi poderia falar aqui, mas que não foram referidas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, presumo que para a última questão, o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

A verdade é que este *swap* originou, de facto, um prejuízo enorme para os contribuintes portugueses.

Para terminar, gostaria de obter uma clarificação sobre algo que não percebi bem, pelo que a resposta até pode ser «sim» ou «não», e que tem a ver com a parte mais política da nossa audição.

Se percebi bem, em abril de 2011, o JP Morgan alertou o Governo sobre as dificuldades desses *swaps* e, depois, em setembro de 2012 (não sei se percebi bem as datas), houve um segundo contacto (não ainda a decisão final), ou seja, contactos da vossa parte com os respetivos Governos, alertando para a necessidade de olhar com atenção para esta carteira de *swaps*.

Gostaria que confirmasse estas datas para perceber bem quando foi o primeiro contacto com o anterior Governo e quando foi o primeiro contacto com este Governo, independentemente da parte final, que essa já está esclarecida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Em abril de 2011, o JP Morgan manteve conversas, falou com as empresas e, no início do mês de agosto de 2011, o JP Morgan começou a ter contactos com o Governo da República Portuguesa. Gostaria de especificar que a reunião que tivemos em setembro de 2012 não foi a segunda, pois já tínhamos tido outras.

O Sr. Presidente: — Vamos, agora, passar ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Começo por cumprimentar os nossos convidados e agradecer a sua presença.

Sr. Presidente, antes de começar as minhas perguntas, queria fazer uma sugestão ou um pedido. Vou tentar fazer intervenções intervaladas, para que a tradução possa ser feita em frases mais curtas. Portanto, em vez de fazer a pergunta de uma vez, vou tentar intervalar.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado. Faça favor.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — A primeira pergunta que quero fazer tem a ver com as principais diferenças que o JP Morgan encontra, comparando o processo das empresas portuguesas com os processos de contratos *swap* em outros países, como a Itália ou a Grécia, com o JP Morgan.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Cada contrato é feito à medida das necessidades de cada empresa. Por conseguinte, fazer uma comparação entre situações na Itália, na Grécia e em Portugal não é viável.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Deve ter havido um mal-entendido, pois não falei de contratos, falei de processos, ou seja, dos processos negociais, dos processos contenciosos. Gostaria de saber qual a grande diferença encontrada entre um processo consolidado e conjunto com o Estado português *versus* o que aconteceu com os municípios e regiões italianas ou com o Governo grego. Qual foi a principal diferença encontrada entre os processos no longo prazo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Cada negociação é uma negociação — e, mesmo em Itália, cada negociação é distinta de outra. Confesso que não me deparei com uma outra situação como esta, cá, em Portugal, mas tão-pouco esperaria que pudesse ter acontecido uma situação destas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Passemos, então, ao próximo ponto.

Em abril de 2011, pelo que percebi, o JP Morgan contactou as empresas para alertá-las sobre os problemas relacionados com estes contratos. Ora, eu gostaria de saber que contactos existiram antes desta fase, porque não compreendi essa questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Se tomarmos como marco abril de 2011 e aquilo que sucedeu antes, importa dizer que, antes de abril de 2011, tínhamos um relacionamento corrente com as empresas, em que as acompanhávamos e lhes transmitíamos a informação sobre a evolução dos *mark-to-market*, bem como todos os elementos financeiros pertinentes.

Em abril de 2011, dá-se uma ocorrência relevante, a de haver um *downgrade* da República Portuguesa, o que tem um impacto sobre os

swaps. E o JP Morgan considerou que esse facto era apropriado para então entrar em contacto com as empresas, uma vez que os termos contratuais dessas empresas eram também afetados pelo *downgrade*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Então, vou usar uma expressão inglesa para a próxima pergunta.

Isso significa que, até à diminuição do *rating* de Portugal, que poderia permitir à JP Morgan acionar os *rating triggers*, até aí, era *business as usual*, num contexto de profunda confusão nos mercados financeiros e de degradação do *mark-to-market*?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Os *rating triggers* são coisas que não acontecem sempre, mas acontecem. Portanto, fomos ao encontro das empresas perante os acontecimentos extraordinários ocorridos. E como verificámos que as empresas não tinham poder suficiente, subimos e fomos conversar com o Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Doutor, mas, quando ainda estavam a dialogar com as empresas, se bem entendi, deram nota da vossa intenção de não querer acionar as *early termination clauses*. É verdade?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Reservámos os nossos direitos a esse respeito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Doutor, peço desculpa, contactaram as empresas para as informar de que reservavam os vossos direitos para acionar cláusulas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Dissemos às empresas que pretendíamos encontrar uma solução comercial assente nos dados existentes, tendo em conta o *downgrade* que tinha ocorrido e, portanto, a perda de credibilidade dessas empresas, e que era necessário ver a qualidade da exposição ao crédito, nomeadamente antes e perante essa ocorrência. Não lhes dissemos que iríamos exercer a cláusula, mas pretendíamos saber o que é que entendiam fazer em relação a essas situações.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Então, se me permite a interpretação, o que aconteceu a partir de abril foi que o JP Morgan começou a trabalhar para ir buscar o dinheiro que lhe cabia?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Permita-me que lhe diga que discordo da sua interpretação. Não fomos ter com as empresas para recuperar o nosso dinheiro! Quisemos, sim, entender, perante a mudança de condições, como é que as empresas se iriam provisionar e obter garantias.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Quero só confirmar se nos disseram, há pouco, que, em julho de 2012, tiveram uma reunião com a Secretária de Estado da tutela. Confirma?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Sim.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Se me permite, qual era a ordem de trabalhos dessa reunião? Ou seja, em agosto de 2011, a reunião com o Ministro das Finanças está enquadrada à luz da vossa explicação; quanto a esta, quase um ano depois, gostava de perceber qual era o objetivo, o âmbito e o tema.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Relativamente a agosto de 2011, o JP Morgan teve oportunidade de informar o Governo acerca da situação e o Governo, por seu turno, indicou à JP Morgan que o IGCP era a entidade que se encarregava destes assuntos.

Em julho de 2012, tratou-se de uma reunião de atualização, a nível governamental, relativamente à estratégia. Portanto, tratou-se de um pedido direto de atualização, no âmbito do qual responsáveis seniores da empresa se deslocaram a Lisboa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, em março/abril de 2013, chegamos finalmente ao ponto em que há um processo de negociação para cancelar os contratos. Gostava de perguntar se é assim e, nesse contexto, qual era, concretamente, a abertura do JP Morgan.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Penso que não será adequado dizer que as negociações começaram em março de 2011 e que se falaria em fechar com desconto.

O IGCP estava a tentar perceber quais eram os termos inerentes aos *swaps* e não vimos isso como sendo uma estratégia de cancelamento, por parte do Governo e/ou do IGCP. Aquilo que mais nos interessava eram os termos da proposta e, no caso de existir uma nova deterioração da situação que afetasse as contrapartes, saber como é que poderíamos evitar riscos desnecessários. Portanto, a solução menos satisfatória para nós seria deixar as coisas tal como estavam.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Como já vimos, no dia 26 de abril há uma conferência de imprensa do Governo e há o anúncio de que não se chegou a acordo com o JP Morgan, admitindo a hipótese de resolver o caso em tribunal.

Gostava de perguntar se confirmam ou não que, nesse mesmo dia, segundo a notícia da Bloomberg, o JP Morgan entra com uma ação em tribunal, em Londres, contra o Estado português.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

É o caso.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Pode explicar-nos qual era o objetivo e o fundamento dessa ação, em tribunal, contra o Estado português?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

O objetivo foi o de confirmar a validade e a eficácia dos contratos, ao abrigo da lei inglesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Então, o que tínhamos era o Estado português a admitir a hipótese de litigar e, no mesmo dia, o JP Morgan a litigar, e, a partir daí, decorreu o processo negocial.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Não, não é correto! A negociação decorria e nunca quisemos interrompê-la! Apenas quisemos ter uma confirmação por parte de um tribunal relativamente à validade e à eficácia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Em que momento é que foi retirada essa ação judicial contra o Estado português?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

No dia 6 ou 7 de junho, quando foi firmado um acordo com as empresas através do IGCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Esta ação judicial teve muito impacto nas negociações, correto?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Não, duvido!... Nunca chegámos a vias judiciais e talvez tenha tido a vantagem de nos focarmos mais no processo negocial.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Cronologicamente, temos menos de duas semanas a separar a entrada do processo e o chegar a acordo.

Eu gostaria de fazer-lhe uma pergunta sobre a colaboração ou os serviços prestados pelo JP Morgan ao Estado português e às empresas públicas portuguesas. Para além da esfera de ação que temos estado a discutir, que outros serviços têm vindo nesta fase a ser prestados ao Estado português ou a empresas do Estado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Barbarisi.

O Sr. Dr. Alberto Barbarisi: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Não se poderá falar de duas semanas, pois estamos a falar do período que medeia entre 26 de abril e 6 ou 7 de junho, em que as negociações foram intensas. Relativamente às transações, trata-se de uma área que diz respeito ao cargo do meu colega pelo que será ele a responder.

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra o Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Estar-se-á a referir às quatro empresas que aqui estão a ser referidas e ao Estado e agora, neste momento, a questão da privatização dos CTT.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Essa colaboração é estritamente com a Parpública e não diretamente com os Correios?

Concretamente, existe alguma colaboração com vista à criação de um possível «banco postal»?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — (*Em inglês.*)

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Somos consultores do Governo português por intermédio da Parpública — isto responderá à sua primeira pergunta.

Relativamente à segunda questão, quanto à criação de um «banco postal», enquanto consultores do Governo português e na fase atual, tendo em conta as regras de sigilo, não poderei comentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito obrigado.

Há uma fase muito importante neste processo que é a dos dias 6, 7 e 11 de junho. Se repararmos há aqui um dia, o dia 11 de junho, que é uma autêntica «terça-feira mágica»...! — e eu já explico porquê!

É que entra na Secretaria de Estado o conjunto de propostas do IGCP, uma para cada empresa, e sai um despacho a autorizar o acordo e os pagamentos, e um comunicado do Governo a anunciar a contratação da JP Morgan para a privatização dos CTT!!

A minha pergunta é, então, esta: sendo estes dois processos totalmente separados, como os senhores nos diziam, nesse momento, o JP Morgan considerou isto uma «coincidência» absolutamente extraordinária?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Lembrar-se-á, com certeza, de que, quando foi selado o acordo, foi emitida uma nota de imprensa por parte do Governo em que se dizia (e cito) que «houve uma normalização das relações com o JP Morgan». De facto, algo estava «congelado» e foi resolvido, permitindo ao JP Morgan prosseguir o seu trabalho, nomeadamente no caso dos CTT. Portanto, «coincidência» não! O Governo poderia, de facto, ter agido de outra maneira e não ter assinado, o que também seria legítimo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Doutor, neste momento a questão é clara: nós estamos perante um processo de negociação que estava a decorrer e a minha pergunta é no sentido de saber, numa perspetiva estratégica, até que ponto havia da parte do JP Morgan a consideração da existência e da conjugação destes processos, embora um deles estivesse «parado no frigorífico».

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

É óbvio que se tratava de um fator que poderia e mereceria ser considerado. O mandato tinha sido por nós ganho, mas estava por concluir, uma vez que ainda não nos estava dado formalmente. Portanto, esse fator estava presente, mas no caso vertente não era um fator-chave.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Eu gostaria ainda de especificar um pedido de esclarecimento relativamente às negociações que decorreram até ao dia 6 de junho: nessa negociação alguma vez foi abordada a situação do mandato do JP Morgan em relação aos Correios?

Terminando, Sr. Presidente, porque não sei se irei à segunda ronda, se não for, quero desde já cumprimentar as Sr.^{as} Intérpretes por este trabalho hercúleo que estão a fazer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Enrique Casanueva.

O Sr. Dr. Enrique Casanueva: — *(Em inglês.)*

O Sr. Presidente: — Queira fazer a tradução.

A tradução é a seguinte:

Conforme já tive oportunidade de referir, em relação ao mandato dos CTT tudo estava feito anteriormente, desde a apresentação, à proposta, às

credenciais, portanto já nada estava por fazer. Mas realmente decorriam negociações por outra parte.

Quanto à questão de saber se o mandato dos CTT foi um fator-chave, eu acho que não, mas que o elemento existia, isso, sim, existia.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Sr. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos e quero fazer minhas as palavras do Sr. Deputado Bruno Dias, e agradecer penhoradamente em nome da Comissão de Inquérito o esforço das Sr.^{as} Intérpretes que nos acompanharam, a Patrícia Roman e a Alexandra Costa, bem como voltar a cumprimentar os Srs. Dr. Enrique Casanueva e Dr. Alberto Barbarisi, aqui presentes em nome do JP Morgan, e agradecer-lhes a disponibilidade que manifestaram ao prestarem todos os esclarecimentos que aqui lhes foram solicitados.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 24 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.